



Filosofia Panecástica e Paulo Freire: a emancipação como princípio do projeto de formação humana

Panecastic Philosophy and Paulo Freire: emancipation as the principle of the human formation project

Dayanna Pereira dos Santos

Suzana Lopes de Albuquerque

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFGO)

Goiânia, Goiás, Brasil

Resumo

O artigo apresenta a definição da Filosofia Panecástica de Jacotot (1770-1840) e a circulação de seu projeto de emancipação intelectual em fontes brasileiras do século XIX. A vinculação de sua experiência no campo da instrução a um projeto de formação humana, pautado pela máxima “Tudo está em tudo” (Jacotot, 1829), remete-nos à filosofia freiriana quanto a uma horizontalidade nas relações entre professor e aluno, sem uma hierarquização do saber e do embrutecimento. Para fundamentar a discussão, dialogamos com autores como Jacotot (1829), Rancière (2015), Albuquerque (2023), Freire (1974), Kohan (2019), e fontes documentais como o periódico *A Sciencia* (1848). As aproximações entre os autores, dadas as diferenças entre seus contextos históricos, de temporalidade, vida e produção acadêmica, são engendradas neste artigo a partir da premissa da emancipação intelectual na formação humana.

Palavras-chave: Filosofia Panecástica; Formação humana; Emancipação intelectual.

Abstract

The article aims to present the definition of Jacotot's Panecastic Philosophy (1770-1840), as well as the circulation of his intellectual emancipation project in Brazilian sources from the 19th century. The connection of his experience in the field of education to a project of human formation, guided by the maxim "Everything is in everything" (Jacotot, 1829), refers us to Freirean philosophy (Kohan, 2019) concerning the horizontality in the relationships between teacher and student, contrary to a hierarchy of knowledge and brutality, in the words of Rancière (2015). To support the discussion, we engage with authors such as Jacotot (1829), Rancière (2015), Albuquerque (2023), Freire (1974), Kohan (2019), and documentary sources like the journal *A Sciencia* (1848). The connections between the authors, given the differences in their historical contexts, temporality, life, and academic production, are woven in this article based on the premise of intellectual emancipation in human formation.

Keywords: Panecastic Philosophy. Human formation. Intellectual emancipation.

Introdução

Este artigo tem como temática central a Filosofia Panecástica, de Joseph Jacotot, e sua circulação em fontes brasileiras do século XIX, particularmente no periódico *A Sciencia* (1847-1848), propondo uma análise do conceito de emancipação intelectual em contraposição ao embrutecimento pedagógico. A partir da leitura de Rancière (2015), a proposta de Jacotot sobre o “mestre ignorante” e a máxima “tudo está em tudo” redimensiona a relação entre ensino e aprendizagem, deslocando o foco do saber como propriedade do mestre para o reconhecimento da inteligência e da autonomia de cada sujeito.

A Filosofia Panecástica, desenvolvida por Jacotot, tensiona os fundamentos da educação moderna e se manifesta, no Brasil império, em publicações que defenderam a instrução como instrumento de emancipação. Nesse sentido, este estudo se debruça sobre o periódico *A Sciencia*, cujos autores divulgaram as ideias de Jacotot, articulando-as à formação humana e à liberdade intelectual. O objetivo principal deste artigo é analisar como os princípios da Filosofia Panecástica, especialmente a emancipação intelectual, foram apropriados e difundidos no contexto brasileiro oitocentista, por meio do periódico *A Sciencia*. Em paralelo, propõe-se um diálogo entre a proposta de Jacotot e a pedagogia libertadora de Paulo Freire, com vistas a identificar convergências em torno da valorização da autonomia intelectual, da crítica à hierarquia do saber e da construção de uma educação centrada na liberdade e na formação humana.

Para atingir tais objetivos, o artigo está organizado em três partes. Na primeira, apresenta-se a Filosofia Panecástica de Jacotot, suas origens e fundamentos, com ênfase na experiência pedagógica que deu origem ao princípio “tudo está em tudo” e à noção de “mestre ignorante”. Em seguida, na segunda parte, analisam-se a presença e a circulação das ideias de Jacotot no Brasil por meio do periódico *A Sciencia*, evidenciando como tais concepções dialogaram com os projetos de instrução e emancipação intelectual da época. Por fim, a terceira parte estabelece um diálogo crítico entre as ideias de Jacotot e de Paulo Freire, problematizando as convergências entre ambas as propostas no que tange à crítica ao embrutecimento e à defesa da liberdade como base da educação emancipadora.

Com efeito, a pertinência desta investigação reside no fato de que, ao revisitar a Filosofia Panecástica e sua recepção no Brasil oitocentista, torna-se possível compreender como determinados debates sobre igualdade das inteligências, autonomia do aprendiz e

crítica às práticas pedagógicas hierarquizantes não apenas atravessaram o século XIX, mas permanecem atuais nas discussões contemporâneas sobre formação humana. Ao articular a leitura histórica do periódico *A Sciencia* à reflexão teórica propiciada por Rancière e ao diálogo com a pedagogia freiriana, o artigo busca evidenciar que os princípios defendidos por Jacotot, frequentemente marginalizados na historiografia da educação, oferecem importantes contribuições para repensar o papel da escola, do professor e dos processos de aprendizagem frente aos desafios de uma sociedade que ainda reproduz desigualdades cognitivas, sociais e políticas.

A Filosofia Panecástica de Joseph Jacotot nas fontes brasileiras: a emancipação intelectual na contramão do embrutecimento

A Filosofia Panecástica criada por Joseph Jacotot propôs uma viragem na relação professor-aluno ao defender a função social de um mestre que, a despeito de ser o detentor do conhecimento, vislumbra a igualdade de oportunidades e a emancipação intelectual como fundamentos no processo educativo, substituindo os princípios do autoritarismo e pedantismo pelos direitos da razão humana. Essa nova proposta foi evidenciada nos estudos de Rancière (2015), que trouxeram o conceito de mestre em Jacotot como “ignorante”, por não se colocar na posição de explicador e de superioridade em relação ao discente, atuando, antes, como alguém que estimulasse o aprendizado a partir do reconhecimento da igualdade intelectual entre ambos e valorizando as relações intelectuais estabelecidas pelo próprio aluno.

Rancière (2015) apresenta a aventura intelectual de Jacotot que ensinou seus estudantes holandeses, mesmo desconhecendo a língua de seus alunos, o flamengo e, a despeito de os mesmos não conhecerem sua língua, o francês. Portanto, nesse desafio pedagógico, percebeu a necessidade de encontrar um ponto em comum para começar a caminhada da aprendizagem, sendo escolhido o livro clássico *As aventuras de Télémaque*, escrito em edição bilíngue, como o elo entre os sujeitos e a língua. O resultado dessa prática docente foi surpreendente para Jacotot, pois os estudantes desenvolveram excelentes avanços na compreensão do francês, apesar de não terem tido uma prévia explicação sobre conhecimentos gramaticais ou linguísticos.

Ele esperava um dilúvio de barbarismos, e até talvez uma absoluta impossibilidade de exprimirem-se. E com efeito, como podiam estes moços, privados de explicações, reduzidos a si mesmos, compreender e resolver as dificuldades de uma obra inteiramente nova para eles? Embora; era necessário conhecer até onde eles tinham chegado por este novo caminho que o acaso tinha trilhado, quais os resultados deste empirismo desesperado. Qual não foi a admiração do Sr. Jacotot ao descobrir que estes alunos, sem outro guia, sem outros recursos, que a sua reflexão individual, tinham desempenhado a sua árdua tarefa tão bem como o poderiam ter feito muitos franceses! As explicações então tornavam-se desnecessárias? Por ventura bastaria querer para poder? (A Sciencia, 1848, s.p.).

Dessa maneira, ele percebeu que, após a mediação por meio do livro e pelo princípio da analogia entre os conhecimentos já estabelecidos pelos estudantes, apesar de não terem a *ordem explicadora* do mestre, eles foram capazes de aprender algo novo. “A inteligência que os fizera aprender o francês em *Telêmaco* era a mesma que os havia feito aprender a língua materna: observando e retendo, repetindo e verificando, associando o que buscavam aprender àquilo que já conheciam, fazendo e refletindo sobre o que haviam feito” (Rancière, 2015, p. 28).

Este é o significado de tudo está em tudo. Que significa: Exercite seu aluno para comparar todas as pinturas do mesmo sentimento e ver em que consiste a semelhança e diferença. Este axioma: Tudo está em tudo é a base, não a nossa teoria (não temos teoria), mas exercícios que o aluno deve fazer. Que ele sabe alguma coisa, que ele repete perpetuamente e que se relaciona com ele todo o resto (Jacotot, 1829, p. 29).

Considerado um revolucionário por questionar resultados da Revolução Francesa que, para ele, não atingiram os objetivos de liberdade para todos, inclusive intelectual, Jacotot desenvolveu essa premissa a partir da experiência de ensinar uma língua desconhecida na Universidade de Louvain, na Bélgica: “pode-se ensinar aquilo que desconhece”. A partir da experiência de ensinar uma língua desconhecida (em seu caso experimental, a língua flamenga), com base na introdução da obra bilíngue *Télémaque*, Jacotot extraiu a máxima “tudo está em tudo”. Na defesa pela emancipação intelectual, ele defendeu a necessidade de aprender algo e relacionar aos demais saberes, conceituado como princípio da analogia.

O que fazer? A emancipação intelectual responde: você tem que ser um homem primeiro; você tem que aprender alguma coisa, *Télémaque*, por exemplo, e dizer o que pensa sobre isso, então relacionar com ele sucessivamente tudo o que aprenderemos, verificando se todos os

estudiosos e todos os artistas estão lá (Jacotot, 1829, p. XXXVII, tradução nossa).

Dessa forma, a máxima de Jacotot “Tudo está em tudo” remete à potência da analogia, a partir de uma experiência em que o mestre ignorante, nas palavras de Rancière, não impõe seus saberes aos seus aprendizes na contramão do embrutecimento que consiste, fundamentalmente, “nesta aceitação *a priori* da desigualdade das inteligências, mesmo que seja combatida pelo ‘ideal’ – mantido por muitos movimentos de pedagogias ativas e inovadoras – de alcançar uma equalização de inteligências” (Sévérac, 2011, p. 104, tradução nossa).

A emancipação da puerícia para Jacotot seria conquistada não pela adoção de um método criado por um “herdeiro das luzes”. Contrário aos métodos embrutecedores, em sua filosofia, o aluno encontraria na marcha da natureza a essência do “todo” presente em toda a parte. A premissa do “tudo está em tudo” de Jacotot permitiria ao aluno aprender uma coisa e a ela relacionar todo o resto, pois “todos os homens são dotados de razão: pois todos são capazes de conhecer as relações que existem entre os objetos. Quando o homem quer se educar, deve comparar as coisas que conhece umas com as outras e referir-se àquelas que ainda não conhece” (D.J.A.M, 1849, p. 11).

Sua proposta filosófica estava na contramão desses métodos embrutecedores, pois pela via da emancipação intelectual propôs uma igualdade efetiva nas condições de acesso, permanência e desenvolvimento das inteligências. Essa era a crítica que Jacotot lançou ao movimento revolucionário francês que não conseguiu efetivar suas ideias de Igualdade, Liberdade e Fraternidade a todos, indistintamente.

Estar na contramão dos mestres explicadores, porém, não significava dizer ser contrário à presença de um mestre, pois, “não se trata de contestar a necessidade de um mestre: simplesmente, não é mais um mestre que comunica sua ciência, mas um mestre que ensina sem transmitir nada - o que exige uma submissão da vontade do aluno à do mestre (SÉVÉRAC, 2011, p. 104).

Na contramão de uma metodização no ensino da leitura, a Filosofia Panecástica, criada por Jacotot, circulou no Brasil Império em diferentes fontes históricas. O Ensino Universal fundamentou-se na Filosofia Panecástica, termo esse batizado por Jacotot a partir da junção de duas palavras gregas, *pan* = todo e *ekastos* = cada um, “buscando o *todo* da inteligência

humana em *cada* manifestação individual” (Rancière, 2015, p. 64). A partir da máxima “Tudo está em tudo”, Jacotot defendeu a necessidade de estabelecer relações sucessivas, trabalhando um signo a partir de sua representação e relacionado às circunstâncias.

Segundo Albuquerque (2023), a Filosofia Panecástica e a concepção de emancipação intelectual de Jacotot compareceram em diferentes fontes históricas que circularam no Império brasileiro. Para este escrito, será analisado o periódico brasileiro *A Sciencia*, que circulou durante os anos de 1847 e 1848. A revista *A Sciencia*, cujos principais autores foram os médicos homeopatas Dr. Bento Mure e Dr. João Vicente Martins, iniciou suas publicações em 1847, no Rio de Janeiro, transitando entre a elite médica e intelectual brasileira durante o século XIX entre os anos de 1847 e 1848.

Os discursos emanados pelos autores da revista *A Sciencia* foram analisados a partir das concepções de Luchese (2014), autora que aborda, como recurso metodológico no trato com as fontes, a necessidade de se compreender o sentido das informações grafadas e, principalmente, os fatores que impulsionaram e culminaram na divulgação de tais conteúdo para a sociedade naquele momento histórico. Dessa forma, busca-se construir “um discurso, uma narrativa que vai sendo entrecortada por notas e citações. Dialogando com outros autores, mas especialmente com documentos da época, o texto produzido é apropriação da palavra do outro, à sua maneira, para dar sentido ao seu próprio texto” (Luchese, 2014, p. 153).

Embora objetivasse divulgar a homeopatia à elite intelectual do Rio de Janeiro, capital do Império, o periódico *A Sciencia* tinha como princípios o ensino e a divulgação da emancipação intelectual no campo da instrução. A máxima do mestre ignorante, desenvolvida por Rancière (2015), encontraria suporte teórico-metodológico na revista que circulou no Império brasileiro e que apresentou definições como “ensinar aquilo que desconhece” a partir da máxima da analogia, aprendendo uma coisa e a ela relacionando todo o resto sem a racionalização de todos os passos por um mestre explicador.

Proclamou então o Sr. Jacotot esta máxima —quem quer pode —, como meio de suceder em todo o trabalho intelectual, máxima está posta em prática por todos aqueles que querem neste mundo efetuar coisas grandes; máxima que, quando faz as vezes de uma mola escondida, fez que, em todos os casos, inspira aos alunos uma justa confiança em si, e os anima para perseverar afim de colherem o fruto de seus trabalhos [...]. Aprender ou saber alguma coisa, e a ela referir todo o resto. —Tudo se acha em qualquer coisa. —Todas as Inteligências são iguais. —Pode-se ensinar aquilo que se

ignora. —Isto quer dizer simplesmente que quem quiser, seja quem for, pode tendo confiança em si e vontade, verificar se uma outra pessoa sabe o que tem aprendido” (A *Sciencia*, 1848, p.194).

Dessa forma, a circulação da Filosofia Panecástica no Brasil oitocentista, especialmente por meio do periódico *A Sciencia*, evidencia que as ideias de Jacotot ultrapassaram fronteiras e encontraram ressonância em debates nacionais sobre instrução, igualdade e formação humana. Ao defender a potência intelectual de cada sujeito e denunciar os mecanismos de embrutecimento que naturalizam hierarquias pedagógicas, a proposta jacototiana revelou-se um contraponto radical às práticas educativas tradicionais, reafirmando a autonomia como princípio formativo e político. A análise das fontes demonstra que, mesmo em um contexto marcado por desigualdades profundas, emergiram iniciativas que reconheceram a emancipação intelectual como possibilidade concreta de transformação. Assim, compreender a presença de Jacotot no Brasil imperial não apenas ilumina a historicidade dessas discussões, mas também reforça a atualidade de seus pressupostos, convidando-nos a repensar, ainda hoje, os sentidos da igualdade das inteligências e os caminhos para uma educação emancipadora.

Diálogos entre Jacotot e Freire: a emancipação intelectual como princípio do projeto de formação humana

De acordo com Rancière (2015), Jacotot propõe uma ruptura pedagógica ao defender a liberdade de ensinar e aprender como ponto de partida para um processo educativo emancipador, distante da lógica do mestre explicador. Para Jacotot, o protagonismo do sujeito no processo de aprendizagem emerge da confiança em sua capacidade intelectual e da liberdade para pensar autonomamente. Assim, ao fundar o conhecimento na liberdade, pautado pela articulação entre pensamento e linguagem, Jacotot critica toda forma de coerção e as estruturas hegemônicas que sujeitam os indivíduos.

Assim, a emancipação intelectual, na perspectiva de Jacotot, inicia-se com o questionamento da dicotomia entre ensino e aprendizagem. Enquanto seus contemporâneos concebiam a emancipação como um ideal alcançável mediante a superioridade do ensinar, ele propunha uma lógica inversa: a relação entre professor e aluno baseada na vontade, pois, “quando o estudante ainda não está emancipado, é a vontade do mestre que o conduz na trajetória de busca pelo saber”. No entanto, a inteligência do estudante permanece livre,

operando de forma autônoma, enquanto a do professor permanece à margem do processo – apenas sua vontade intervém, direcionando o percurso que é singular e próprio do aprendiz.

Em sua máxima, os “alunos são direcionados de acordo com a opinião da igualdade das inteligências” (Jacotot, 1829, p. 29), a partir do Ensino Universal, caracterizado como uma “universal verificação do semelhante de que todos os emancipados são capazes, todos aqueles que decidiram pensar em si como homens semelhantes a qualquer outro” (Rancière, 2015, p. 67), em que “todos os homens têm a mesma inteligência” (Jacotot, 1829, p. XXXIII, tradução nossa).

Essa concepção se contrapõe à ideia iluminista de que a disseminação do saber à população ignorante seria, por si só, uma ação emancipadora. Assim, Jacotot denuncia tal concepção como geradora de um ciclo de impotência, pois ela se ancora numa filosofia social que legitima a tutela estatal e intelectual sobre os indivíduos. Ao presumir a ignorância e a incapacidade do povo, esse sistema reproduz uma lógica de subjugação e nega a potência intelectual inerente a todo ser humano. Para Jacotot, essa abordagem hierarquizante visa alcançar uma igualdade que, na prática, nunca se efetiva, pois perpetua a condição de inferioridade do povo. Em oposição a isso, ele defende que cada indivíduo deve ser capaz de reconhecer sua própria dignidade, avaliando sua capacidade intelectual e decidindo autonomamente como utilizá-la. A emancipação, em Jacotot, deveria ser o ponto de partida das relações sociais, tanto no âmbito intelectual quanto no desenvolvimento de um papel social.

Partindo mais “de uma análise política e filosófica da emancipação intelectual do que da proposição de métodos de ensino das línguas materna e estrangeira” (Vojniak, 2014, p. 243), a proposta de Jacotot visava à formação de um indivíduo emancipado intelectualmente para um papel social. Nas palavras de Raicky, no paradoxo de Jacotot, a pedagogia deveria estar a serviço da “emancipação intelectual do indivíduo (seja qual for o nome dado a esse objetivo), mas, ao mesmo tempo, deve prepará-lo para desempenhar um papel social, ocupar um lugar no mundo, na ordem econômica e política, porque será a condição de sua existência” (Raicky, 2012, p. 117).

Coadunando com esse pensamento, Paulo Freire também vai na contramão do princípio da separação entre “os que sabem” e “os que não sabem”, engendrando o processo de liberdade intelectual ao ato de conscientização política no exercício da democracia.

A democracia é, como o saber, uma conquista de todos. Toda a separação entre os que sabem e os que não sabem, do mesmo modo que a separação

entre as elites e o povo, é apenas fruto de circunstâncias históricas que podem e devem ser transformadas. Assim como não é legítimo tomar a “palavra geradora” como um dado ou uma doação do educador, não é também lícito pretender apresentar a forma atual democracia como se fora uma dádiva das elites, como se fora a única democracia possível e à qual o povo teria de acomodar-se. O estado e as palavras são igualmente expressões da prática dos homens, e conscientizar é assumir a consciência deste fato (Freire, 1974, p. 12).

Nessa perspectiva, Jacotot propõe, conforme citado por Rancière (2015, p.151), que se promova a circulação da energia elétrica da emancipação no corpo social, rompendo com o pressuposto que sustenta a pedagogia tradicional: a desigualdade das inteligências. Essa circulação subverte a lógica de subordinação pedagógica e instaura uma nova racionalidade baseada na igualdade e na autonomia intelectual dos sujeitos. A crítica de Jacotot se aprofunda ao denunciar a pedagogia explicadora como instrumento de dominação, pois esta, ao conduzir o aluno por etapas preestabelecidas do desconhecimento ao saber, impõe uma verticalidade na relação educativa. Tal estrutura, para Jacotot, não é natural, como supõe a pedagogia clássica, “o Velho”, mas sim construída socialmente. Assim, ele defende a possibilidade – e a necessidade – de se construir uma relação oposta, baseada na liberdade, na reciprocidade e na igualdade das inteligências.

Por fim, o povo emancipado, conforme a visão de Jacotot, não apenas questionaria a lógica opressora do mestre explicador, mas também a própria racionalidade que sustenta a ordem social com suas classificações e hierarquizações. Para ele, qualquer objeto pode servir de ponto de partida para o aprendizado, uma vez que o aprendiz sempre possui algum saber anterior que pode ser mobilizado para o conhecimento de novos conteúdos. Dessa forma, a prática emancipadora reconhece a potência do saber popular e rompe com a concepção de que ensinar é necessariamente conduzir o outro a partir de sua ignorância presumida.

Sob esse prisma, apesar das distinções entre o projeto de emancipação intelectual formulado por Joseph Jacotot (1829) e a proposta de emancipação social desenvolvida por Paulo Freire (1974), ambas as perspectivas se convergem, do ponto de vista antropológico, ao compreenderem o ser humano como um sujeito em permanente construção, responsável por seu próprio processo de constituição e desenvolvimento. Se, por um lado, Freire propõe uma educação voltada para a ação e a práxis transformadora, na qual a autonomia emerge como fundamento essencial da existência humana, por outro, Jacotot centra sua proposta na

ideia de emancipação intelectual, compreendida como a capacidade de aprender sem depender da intervenção explicativa do mestre.

Essa aproximação entre Joseph Jacotot e Paulo Freire suscita uma indagação: em que medida a emancipação freiriana, orientada pela práxis e pelo compromisso com a transformação social, pode ser pensada em paralelo à liberdade e à emancipação intelectual preconizadas por Jacotot? A tentativa de esboçar uma resposta, ainda que provisória, considera que ambos os autores mobilizam reflexões éticas, antropológicas, estéticas e filosóficas que atravessam a educação e convergem em um ponto nevrálgico: o ato criador do sujeito. Tal ato criador se inscreve na singularidade situacional de cada liberdade, concebida dialeticamente a partir de sua origem histórica concreta, das exigências e das necessidades impostas pela contingência do ser [do eu] no mundo e das tensões sociais que o interpelam — especialmente aquelas derivadas da contrafinalidade instaurada pela liberdade do outro. Nesse horizonte, a liberdade não se apresenta como uma abstração, mas como um processo histórico e subjetivo situado, material e relacional.

A hipótese que aqui se propõe é a de que, ao defenderem a liberdade como dimensão constitutiva da existência humana, tanto Jacotot quanto Freire convergem na concepção de que a educação não pode ser reduzida a um mero aparato técnico ou a um sistema de transmissão de conteúdos, uma vez que o “domínio técnico é tão importante para o profissional quanto a compreensão política o é para o cidadão. Não é possível separá-los (Freire, p. 27). A educação precisa tanto de formação técnica, científica e profissional quanto do sonho e esperança.

Ao buscar uma formação integral que contempla os aspectos físico, social, emocional e cultural dos indivíduos, tais projetos concebem a educação como uma experiência histórica e material de engajamento, de escolha e de responsabilidade — um processo pelo qual o sujeito se constitui como coautor de sua própria trajetória de emancipação e de apropriação do conhecimento.

O que nos deixa perplexos é ouvir ou ler que pretendíamos “bolchevizar o País”, com “um método que não existia” ... A questão, porém, era bem outra. Suas raízes estavam no trato que déramos, bem ou mal, ao problema da alfabetização, de que retiráramos o aspecto puramente mecânico, associando-o à “perigosa” conscientização. Estava em que encarávamos e encaramos a educação como um esforço de libertação do homem e não como um instrumento a mais de sua dominação (Freire, 1974, p. 122).

Nessa mesma direção, outra convergência entre os dois autores é a rejeição de qualquer forma de opressão como método educativo. Em ambos os pensamentos, afirma-se o reconhecimento da liberdade de quem aprende como condição ontológica da educação. Para Jacotot, a liberdade é afirmada na confiança na própria capacidade de pensar, aprender e compreender, na igualdade das inteligências. Segundo ele, é livre aquele que se reconhece como intelectualmente igual a qualquer outro.

Temos visto que um dos dogmas do ensino universal é o da igualdade das inteligências; e proclamar que qualquer homem pode sozinho aprender qualquer coisa, ou mesmo todas as coisas, é com efeito dizer que todas as inteligências são iguais, já que para chegar a este fim é necessário capacitar-se da possibilidade de o alcançar. É a persuasão do - quem quer pode -, que o senhor Jacotot chama de emancipação intelectual e que constitui uma doutrina filosófica a que tem dado o nome de Panecástica. (*A Ciência*, 1848, p. 52).

Desse modo, a liberdade, como princípio fundante da educação emancipadora, não admite a imposição de hierarquias intelectuais sustentadas pela autoridade discursiva do mestre explicador. Em Paulo Freire, essa mesma lógica se expressa na crítica à chamada “educação bancária”, caracterizada por sua natureza reprodutora e autoritária, na qual não há espaço para o questionamento ou a dúvida por parte dos educandos. Nessa perspectiva, o professor é concebido como detentor exclusivo do saber, encarregado de depositá-lo no corpo “vazio” dos alunos, reduzidos à condição de receptores passivos. Trata-se, portanto, de uma relação pedagógica opressiva, que anula a possibilidade de autonomia intelectual. A superação dessa configuração exige a emergência de uma consciência crítica da própria potência intelectual e humana, viabilizada por meio de uma pedagogia libertadora, que se estrutura como prática problematizadora e conscientizadora.

Segundo Weffort (1974, p. 12), o pensamento de Freire, ancorado numa perspectiva existencialista e democrática, entende que a separação entre quem sabe e quem não sabe, bem como entre elite e povo, é uma construção histórica passível de superação. Segundo ele, essa transformação pode ocorrer por meio de uma pedagogia libertadora, na qual a liberdade não é tratada como um ideal abstrato, mas como fundamento histórico e prático da ação educativa. Assim, ao conceber a educação como prática da liberdade, Freire propõe um posicionamento ético e político frente à opressão, assumindo a luta pela emancipação como eixo central da prática pedagógica.

Nas palavras de Weffort (1974, p.12), para Freire:

A democracia é, como o saber, uma conquista de todos. Toda a separação entre os que sabem e os que não sabem, do mesmo modo que a separação entre as elites e o povo, é apenas fruto de circunstâncias históricas que podem e devem ser transformadas. Assim como não é legítimo tomar a “palavra geradora” como um dado ou uma doação do educador, não é também lícito pretender apresentar a forma atual democracia como se fora uma dádiva das elites, como se fora a única democracia possível e à qual o povo teria de acomodar-se. O estado e as palavras são igualmente expressões da prática dos homens, e conscientizar é assumir a consciência deste fato.

Como podemos perceber, a concepção de liberdade e de emancipação proposta por Freire apresenta notável convergência com a perspectiva de Joseph Jacotot, especialmente no que tange à crítica à hierarquização do saber e à defesa da autonomia intelectual dos sujeitos. A noção de liberdade, presente tanto no pensamento de Joseph Jacotot quanto no de Paulo Freire, fundamenta-se na confiança na capacidade intelectual de cada ser humano. Para ambos os autores, ser livre implica reconhecer-se como sujeito histórico na produção do conhecimento, numa relação dialógica com o mundo e com os outros. O sujeito livre não aceita um mestre autoritário, que oprime ou reduz o processo educativo à mera reprodução de saberes preestabelecidos, ao embrutecimento, nas palavras de Rancière.

O Velho não embrutece seus alunos ao fazê-los soletrar, mas ao dizer-lhes que não podem soletrar sozinhos; portanto, ele não os emanciparia, ao fazê-los ler palavras inteiras, porque teria todo o cuidado em dizer-lhe que sua jovem inteligência não pode dispensar as explicações que ele retira do seu velho cérebro. Não é, pois, o procedimento, a marcha, a maneira que emancipa ou embrutece, é no princípio (Rancière, 2015, p. 50).

Na obra de Rancière, há uma crítica de Jacotot às discussões no campo da didática que se limitam à forma metodológica do “como ensinar” e esvaziam-se de discurso e condições materiais políticas que não problematizam o princípio de desigualdade da condição dos homens, levando-os a um “embrutecimento”, que pode ser compreendido como consequência da lógica explicadora e reprodutivista onde o sujeito só é capaz de aprender aquilo que lhe é previamente interpretado e transmitido pelo mestre explicador.

Nessa perspectiva, o acesso ao conhecimento é rigidamente sistematizado pela autoridade do explicador, o que instiga a dependência intelectual do aprendiz e fragiliza sua autonomia. Tal postura não apenas compromete o exercício do pensamento crítico, como também limita a participação política e democrática, uma vez que reduz o indivíduo à

condição de receptor passivo de saberes, ignorando sua capacidade de análise e agir de forma autônoma. O embrutecimento, nesse contexto, configura-se como uma forma de opressão que se manifesta na crença na incapacidade do outro — na negação de sua liberdade, a qual passa a regular a relação pedagógica. Essa lógica acaba por legitimar desigualdades e naturalizar as assimetrias nos processos formativos, nas instituições educativas e nos múltiplos sistemas de poder.

Dessa forma, os diálogos entre Jacotot e Freire permitem compreender que a emancipação intelectual não é apenas um princípio pedagógico, mas um projeto ético-político de formação humana. Ambos denunciam as estruturas que naturalizam a desigualdade — seja a desigualdade das inteligências, seja a desigualdade social, e apontam que a educação somente cumpre sua função humanizadora quando rompe com os mecanismos de tutela, dependência e reprodução. A liberdade, entendida como potência de pensar, agir e interpretar o mundo, é condição originária do ato educativo e não objetivo longínquo a ser alcançado por meio da obediência às formas tradicionais de ensino. Assim, o processo formativo se constitui na confiança radical na capacidade dos sujeitos de assumirem a autoria de seu saber e de sua presença no mundo.

Nessa perspectiva, a aproximação entre Jacotot e Freire revela que a emancipação intelectual e a práxis libertadora convergem na defesa de uma educação comprometida com a autonomia, com a igualdade e com a transformação das relações sociais. Ambos sustentam que não há verdadeira aprendizagem sem o reconhecimento da dignidade intelectual de cada indivíduo, e que toda pedagogia que reduz o estudante à passividade inviabiliza a construção de uma sociedade democrática. Ao reafirmar a liberdade como fundamento ontológico e político da educação, Jacotot e Freire convocam educadores e educandos a instaurarem práticas que resistam ao embrutecimento e ao autoritarismo, compreendendo a formação humana como um processo coletivo de criação, crítica e reinvenção contínua da própria existência.

Conclusão

A Filosofia Panecástica, de Joseph Jacotot, ao propor a emancipação intelectual como princípio fundante do processo educativo, constitui uma crítica contundente à pedagogia explicadora e à lógica hierárquica que, historicamente, estruturam a relação entre o ensinar e o aprender. A ruptura evocada por Jacotot engendra o caminho da igualdade dos seres

falantes pela via de um diálogo entre iguais, vislumbrando a emancipação intelectual dos sujeitos pelo caminho da analogia que, ao inferir inúmeras relações, parte para a máxima de que “tudo está em tudo”.

Nessa perspectiva, é possível inferir que a figura do mestre emancipador, desenvolvida por Joseph Jacotot, e ainda que não nomeada diretamente, presente de forma implícita na obra de Paulo Freire, manifesta-se na concepção de professor como mediador do conhecimento — alguém que escuta, dialoga e problematiza. Diferentemente do mestre explicador, que centraliza o saber e reduz o educando à condição de sujeito passivo e dependente, o mestre emancipador atua como provocador da curiosidade e mediador do processo de aprendizagem, valorizando a autonomia.

As ideias do Ensino Universal e da Filosofia Panecástica de Jacotot e a pedagogia da dialogicidade de Paulo Freire inserem-se em um projeto emancipatório de formação humana que vislumbram a subversão da lógica transmissora de saberes de uma educação bancária e a abertura para a possibilidade de um “tudo está em tudo”, sob o princípio da igualdade das inteligências.

O diálogo com Paulo Freire evidencia a atualidade do pensamento de reflexões de Jacotot acerca da formação humana. Ambos convergem na rejeição de qualquer forma de opressão pedagógica e na valorização da liberdade como condição fundante da prática educativa. Em ambos os casos, a educação é concebida não como transmissão mecânica de saberes, mas como um processo histórico, ético e político de formação do sujeito autônomo.

Referências

ALBUQUERQUE, Suzana Lopes de. **Métodos de ensino de leitura no Império brasileiro**: Antônio Feliciano de Castilho e Joseph Jacotot. São Paulo: Editora UNESP/SBHE, 2023. (Coleção Diálogos em História da Educação).

A Sciencia. **Revista Synthetica dos Conhecimentos Humanos** (1848). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=730076&pesq>. Acesso em: 25 maio 2025.

D.J.A.M. **Exposicion Razonada del Método de Enseñanza Universal de J. Jacotot, y de algunos ejercicios para practicarlo**. Madri: Imprensa de La Publicidade, a cargo de D.M. Rivadeneyra, calle de Jesus del Valle, num.6, 1849.

FREIRE, Paulo. **A educação como prática de liberdade**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

FREIRE, Paulo. **À Sombra desta mangueira**. São Paulo: Olho d'Água, 1995.

JACOTOT, Joseph. **Enseignement Universel. Langue Maternelle**. Paris, FR: Chez Mansut fils, Quatrième Édition, 1829.

KOHAN, Walter Omar. **Paulo Freire mais do que nunca**: uma biografia filosófica. Belo Horizonte: Vestígio, 2019.

LUCHESI, Terciane Ângela. Modos de fazer história da educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais. **História da Educação**, Santa Maria, v. 18, n. 43, p. 145 - 161, 2014.

RAISKY, Claude. **Joseph Jacotot**: le pédagogue paradoxal. Dijon, FR: Editions Raison et Passions, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante**: cinco lições sobre a emancipação intelectual. Tradução: Lílian do Valle. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SÉVÉRAC, Pascal. La position du maître: enseigner, abrutir, émanciper. **Rue Descartes**, n. 71, p.102-108, 2011/1. Éditions Collège International de Philosophie.

WEFFORT, Francisco. Introdução. In: FREIRE, Paulo. **A educação como prática de liberdade**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1974. p. 12.

Sobre as autoras

Dayanna Pereira dos Santos

Professora do Programa de Mestrado Profissional em Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) – Câmpus Anápolis. É mestra e doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e possui pós-doutorado em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

E-mail: dayanna.santos@ifg.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-7270-4779>

Suzana Lopes Albuquerque

Mestra em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (2013), doutora em Educação na Universidade de São Paulo, com pós-doutorado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atua na área de História e Filosofia da Educação, com ênfase em formação docente, concepção de infância e métodos de ensino e aprendizagem. É docente do Programa de Mestrado em Educação do IFG – Câmpus Goiânia.

E-mail: suzana.albuquerque@ifg.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2001-5942>

Recebido em: 08/11/2025

Aceito para publicação em: 27/11/2025